

Interação medicamentosa: entenda os riscos de se medicar sem orientação

Na próxima vez em que você estiver num consultório médico, ou em outro estabelecimento de saúde, e um profissional lhe perguntar se está fazendo uso de algum medicamento, procure responder o mais detalhadamente que puder. Não se esqueça de relatar o uso de chás, pomadas ou até mesmo aquele comprimido habitual para dor de cabeça. Essa é uma chance de tentar prever e prevenir um evento ao qual geralmente não se dá muita atenção, até que ocorra: a interação medicamentosa. Ela acontece quando os efeitos de um remédio são alterados pela presença de outro, bem como pela mistura com fitoterápicos (os chamados remédios naturais), alimentos, bebidas ou algum agente químico ambiental – como o calor emanado pelo chuveiro de casa.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas da Fundação Oswaldo Cruz (Sinitox/Fiocruz) registrou, só em 2011, cerca de 30 mil casos de intoxicação por uso de medicamentos. Embora não seja possível afirmar quais deles ocorreram por interação medicamentosa, em três circunstâncias específicas a possibilidade é muito extensa: pelo uso terapêutico errado, pela prescrição médica incorreta e por automedicação. “As vezes a pessoa está fazendo uso de determinado medicamento e não informa isso ao médico, durante a consulta. Em outras, o próprio médico desconhece o potencial de interação dos remédios. E há ainda os casos em que o paciente usa medicamentos que tem em casa, seguindo palpites de amigos ou parentes, sem ter noção se eles podem realmente ser misturados”, descreve a coordenadora do Sinitox, Rosany Bochner.

Nem toda interação medicamentosa é ruim, mas é preciso estar atento aos riscos de reunir, sem intenção prévia, dois ou mais efeitos terapêuticos. As consequências variam de dores pelo corpo e sangramentos até problemas cardíacos, podendo, no extremo, ser fatal. Alguns cuidados podem reduzir sensivelmente surpresas indesejáveis.

Um deles é ler a bula. Trata-se de uma tarefa notadamente difícil, seja pelo tamanho ou pela linguagem dela, mas é a bula que contém todas as informações úteis a respeito do medicamento a ser administrado, inclusive se pode ou não ser consumido junto a outros remédios, com água ou outros líquidos, em jejum ou alimentado etc.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determina que existam três tipos de bula: a do profissional de saúde, a do usuário (de linguagem mais simples e no formato de perguntas e respostas) e em formato

especial (destinada aos portadores de deficiência visual e que deve ser solicitada no estabelecimento, caso a caso). Quando a dispensação se dá em farmácias comerciais, a bula que vem dentro da caixa do medicamento é a do paciente. Quando o medicamento é disponibilizado na rede pública de saúde, podendo vir fracionado, a pessoa pode solicitar a bula impressa. É obrigação do serviço de saúde fornecê-la.

Além de informar, a bula pode ser um mecanismo de proteção do cidadão. “Ela é extensa justamente porque precisa orientar sobre todas as possibilidades de ocorrência daquele medicamento, além das interações. A bula deve dizer o que pode acontecer ao paciente. Se alguém ingere um remédio que causa determinado efeito que não foi previsto nem na bula, o paciente pode recorrer judicialmente, exigindo reparação”, explica o farmacêutico José Liporage, do Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz (Farmanguinhos).

Mais de 90% dos cariocas se automedicam

Outro importante cuidado é com a automedicação – segundo a Fiocruz, uma das maiores geradoras de interação medicamentosa. Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para Farmacêuticos (ICTO) revelou que 76,4% da população brasileira faz uso de medicamentos a partir da indicação de familiares, amigos, colegas e vizinhos. O levantamento foi realizado em 12 capitais brasileiras, e a cidade do Rio de Janeiro ficou acima da média nacional, com 91% de sua população se automedicando.

“As pessoas não fazem ideia dos riscos que estão correndo ao tomar esses fármacos aleatoriamente, por conta própria”, alerta Rosany. “Em nossa cultura, um medicamento se tornou tão usual quanto uma blusa, uma calça ou qualquer coisa já naturalizada no cotidiano. As famílias estocam medicamentos, não têm muito cuidado com o prazo de validade, fazem combinações baseadas em efeitos ocorridos com terceiros. Enfim, agem de forma muito arriscada”, acrescenta.

Na farmácia comercial, quem pode assegurar todas as informações com relação à interação medicamentosa é o farmacêutico. No Sistema Único de Saúde (SUS), a luta é para que esse profissional seja parte de uma equipe multiprofissional, trabalhando desde a Atenção Básica, na qual a orientação farmacêutica será parte fundamental do atendimento ao paciente.

